



O CONCEITO DE TERRITÓRIO NO BRASIL: ENTRE O URBANO E O RURAL

EL CONCEPTO DE TERRITORIO EN BRASIL: ENTRE LO URBANO Y LO RURAL

THE CONCEPT OF TERRITORY IN BRAZIL: BETWEEN URBAN AND RURAL

Eliseu Savério Sposito

Professor do Departamento de Geografia - UNESP/FCT – Presidente Prudente/SP.
Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional. CEP: 19.060-900.
Presidente Prudente-SP. E-mail: essposito@gmail.com

Marcos Aurelio Saquet

Professor do Departamento de Geografia - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão.
Endereço: Rua Maringá, 1.200, Vila Nova
Cep: 85605010. Francisco Beltrão – PR. E-mail. saquetmarcos@hotmail.com

Resumo: Neste texto, socializamos os principais resultados da pesquisa bibliográfica realizada sobre o conceito de território na Geografia brasileira, evidenciando autores selecionados a partir da centralidade dada a este conceito, bem como por serem de distintas gerações, referências nacionais e internacionais, e por trabalharem com diferentes concepções de abordagem do urbano e do rural. Para facilitar a compreensão, produzimos quadros sínteses das concepções, reunindo, no final do texto, algumas considerações que consideramos fundamentais no entendimento desta problemática.

Palavras-chave: Território; Geografia; concepções.

Abstract:

In this text, we socialize the main results of a bibliographical research carried out on the concept of territory in Brazilian Geography, highlighting authors selected from the centrality given to this concept, as well as being of different generations, national and international references, and working with different conceptions of urban and rural approaches. To facilitate comprehension, we produce summary tables of conceptions gathering, at the end of the text, some considerations that we consider fundamental for understanding this problematic.

Key-words: Territory; Geography; conceptions.

Resumen: En el siguiente texto, socializamos los principales resultados de una investigación bibliográfica que aborda el concepto de territorio en la Geografía brasileña, evidenciando autores seleccionados a partir de la centralidad dada al concepto, bien como por tratarse de diferentes generaciones, referencias nacionales e internacionales, y por trabajaren con distintas concepciones de abordaje del urbano y del rural. Para auxiliar en la comprensión, producimos cuadros síntesis de las concepciones, reuniendo, en el final del texto, algunas consideraciones que consideramos fundamentales en lo entendimiento de la problemática discutida.

Palabras-clave: Territorio; Geografía; concepciones.

Introdução

Este texto é resultado de pesquisa que vem se desenvolvendo há dois anos dentro das atividades do projeto intitulado *Território e Geografia no Brasil: uma*

*contribuição à epistemologia e história do pensamento geográfico*¹. Os objetivos do projeto podem ser assim resumidos:

a) identificar os primórdios da discussão territorial na Geografia brasileira, mas não necessariamente sobre o conceito de território.

b) caracterizar e sistematizar as influências científicas e teórico-filosóficas da discussão contemporânea sobre o território.

c) reconhecer o sentido do tratamento dado ao território pelos autores brasileiros, procurando identificar as influências metodológicas, teóricas e filosóficas sobre suas formas de pensar.

d) agrupar os autores em categorias de análise e escolas ou tradições discursivas. Neste item, a proposta é destacar os conceitos de territorialidades e suas especificidades (desterritorialidade; territorialidades cíclicas e flexíveis, micro e macroterritorialidades, des-re-territorialização (TDR), movimentos socioterritoriais (ou sinônimos que apontam para a mesma problemática), identidades territoriais, as visões do desenvolvimento no/do território e, finalmente, como o território é tratado no ensino de Geografia.

Os objetivos, mesmo que expostos de maneira resumida, trazem as possibilidades de investigação, as metodologias que embasaram os inúmeros autores no trabalho com o conceito de território e as principais conformações dos estudos desses autores.

Para chegar ao que estamos expondo, foram feitos vários levantamentos bibliográficos, seguindo uma metodologia bem conhecida na Geografia: identificação de autores e obras (artigos, capítulos e livros) que têm como palavra-chave o território e suas adjetivações, organizados em quadros por autores e por tipo de publicação. Em seguida, os pesquisadores selecionaram os aspectos que precisavam analisar para expor as diferentes abordagens do território identificadas no rol organizado. Neste texto, nossa preocupação foi verificar, compreender e interpretar como o conceito de território aparece e é tratado tanto na Geografia Urbana quanto na Geografia Agrária².

Nas duas seções que tratam do conceito de território em termos rurais e urbanos, procuramos destacar os autores que mais se dedicaram ao tema, destacando suas obras mais significativas e as características do conceito, como é vista a territorialidade em suas exposições e quais foram as suas abordagens, principalmente

¹ Projeto de pesquisa regular financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), coordenado por Lucas Labigalini Fuini.

² Sabemos que todo recorte analítico tem suas limitações. Mesmo que o recorte, neste caso, seja pelo viés de duas disciplinas da Geografia, acreditamos contribuir com a interpretação do conceito de território.

no que concerne às orientações teóricas (e ideológicas) e metodológicas, quando foi o caso. Com isso, levamos ao leitor uma análise e uma interpretação do conceito de território que poderá contribuir com a epistemologia da Geografia e estimular novos estudos que complementem ou superem o que está neste texto³.

1. O território na Geografia Urbana

O território, na Geografia Urbana, tem sua apropriação e conformação de modo muito diferente em relação à Geografia Agrária, como será destacado nas conclusões deste texto.

Tendo como referência principal autores que inspiraram muitos estudos sobre o território (Claude Raffestin, Edward Soja e Robert Sack), dividimos os textos analisados neste estudo (e seus responsáveis) em dois grupos: no primeiro, há uma preocupação em definir o conceito de território e suas características de maneira sintomática e decisiva, confrontando-o com os conceitos de lugar e espaço. No segundo grupo, formado por vários autores de diferentes regiões no Brasil, o que mais fica evidente é a “instrumentalização” do conceito por meio de estudos de caso que tratam das diferentes territorializações, principalmente de movimentos sociais e grupos específicos, no espaço urbano.

1) Vamos começar pelo primeiro grupo⁴. Destacamos, aqui, **Marcelo Lopes de Souza**. Embora ele tenha, como os outros autores que serão destacados, estudos que demonstram como o território se forma por meio dos movimentos sócio-territoriais, sua preocupação com a construção e clareza do conceito é fundamental para nossos propósitos.

Souza traz, em seu texto *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*, de 1995, uma proposta sobre o conceito de território e sua aplicação em estudos de caso na cidade do Rio de Janeiro (territórios “móveis” de prostitutas e travestis no centro da cidade). Ele tem, como autores seminais, Hannah Arendt e Robert Sack. De Arendt, ele traz o conceito de poder para afirmar o conceito de território que é, fundamentalmente, “um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (1995, itálico no original, p. 78) ou, em outras palavras, “território é essencialmente um instrumento de exercício de poder” (p. 79). Souza enfatiza que o

³ Este texto foi escrito a quatro mãos. Por isso, as duas partes principais (o território na Geografia Urbana e o território na Geografia Agrária) apresentam diferenças de estilo na redação, o que não prejudica nossa análise e interpretação do tema.

⁴ Neste grupo está apenas Marcelo Lopes de Souza (e, em um dos textos, o coautor Eduardo T. Teixeira). Pode parecer estranha esta classificação, mas apoiamo-nos nas preocupações de teorização de base que Souza foi desenvolvendo desde 1995.

território não deve ser reduzido a/ou associado “com a figura do Estado” (p. 81), depois de diferenciar poder, violência, dominação, autoridade e competência. Criticando o uso dos conceitos de espaço e território indistintamente (na Ciência Política), ele afirma que o território “será um *campo de forças*, uma *teia de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade...*” (p. 87, itálico no original). De Sack, ele retira a expressão “território móvel” para analisar as territorialidades cíclicas de um território de prostitutas no centro do Rio de Janeiro (p. 89-96), lembrando a existência, também, de território contínuo, descontínuo e em rede e chegando ao que ele entende por territorialidade (neste caso, em suas palavras, ela seria o que faz um território ser um território, ou seja, “*relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial*” – p. 99, itálico no original). Discorrendo por outros temas importantes (que não deverão ser tratados aqui), ele afirma que o território “se define a partir de dois ingredientes, o espaço e o poder” (p. 106). Todas as configurações de território que ele estudou restringem-se ao espaço urbano, embora haja exemplos de territórios do ponto de vista da Geografia Política (Quadro n.1).

Na “retomada do território” na Geografia, Souza é um dos primeiros a trazer, para o Brasil, uma exegese desse conceito, a exemplo do que fizeram, também, Rogério Haesbaert (sobre a tríade territorialização-desterritorialização-reterritorialização) e Marcos Saquet (por meio da interpretação do conceito por geógrafos italianos).

No texto *Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto* (de 2009), Marcelo Lopes de Souza e Eduardo Tomazine Teixeira confrontam os conceitos de território e lugar na produção do espaço além de sua dimensão material. Os autores iniciam seu raciocínio afirmando que “a ideia de ‘agentes modeladores do espaço’ [bem conhecidos nos estudos de Geografia Urbana] costuma prender-se excessivamente à dimensão material do espaço” (SOUZA, TEIXEIRA, 2009, p. 32). Para eles, os “agentes modeladores” têm que ser observados de tal forma que seja incorporado “o plano do simbólico”. Em outras palavras, o espaço não é modelado apenas em suas dimensões materiais, mas também por meio das (e como conteúdo) imagens e suas identidades espaciais. Desta maneira, os grupos sociais produzem uma “*representação social [ou sócio-espacial]* de si mesmos”, diferentemente da representação de outros grupos. A partir daí, a definição de território está bem delimitada porque é “um *espaço definido e delimitado por e a*

*partir de relações de poder*⁵ (p. 33), como se fosse um “campo de força, definido pelas relações de poder entre os agentes e tendo como referência um substrato espacial” (p. 33). Nestas afirmações, é possível confirmar o que Souza já fizera em 1995, no texto anteriormente citado, reafirmando o território definido e delimitado por e a partir de relações de poder e indo além, para trazer a metáfora do campo de forças e sua referência, o substrato espacial. Assim, podemos afirmar que o conceito continuou a ser trabalhado por Souza mas trouxe elementos novos na conformação do conceito.

Além disso, os Souza e Teixeira (2009) entendem a territorialização como objetivação de controle espacial, mesmo que os propósitos sejam econômicos ou culturais. Assim, “*conceitualmente*, a ideia de território é, na sua essência, *política*, visto que a dimensão que a vertebraliza é a dimensão do poder” (p. 33, *itálico no original*).

Em seguida, trata-se do conceito de lugar, definido como “*espaço dotado de significado*”, como “*um espaço vivido e percebido, intersubjetivamente construído e relativamente ao qual se desenvolve uma ‘topofilia*⁶” (SOUZA, TEIXEIRA, 2009, p. 34). Mesmo reconhecendo a importância de quem enfatiza a dimensão simbólica ao lugar, os autores não concordam com muitos (principalmente Yi-fu Tuan e Edward Relph), por suas orientações dentro da Geografia “humanística” (p. 34). Para Souza e Teixeira, o lugar “é o espaço social qualificado e considerado de um ângulo específico” (do simbolismo e do significado), “percebido e vivido” ou, como concluem, o lugar tem suas “*próprias imagens espaciais*, em sua interação com as *identidades espaciais*” (p. 34), o que não significa se confundir [o lugar] com o “substrato espacial material em si” (p. 34), porque o *espaço social* “é mais *abrangente*” (p.35).

Confrontando os três conceitos, Souza e Teixeira (2009) afirmam que “se na qualidade de território disputado ou contestado o espaço está sempre no centro de uma disputa política, na condição de *‘lugar’* o seu papel nas lutas e nos conflitos pode ser menos imediatamente aparente, mas não deixa de ser fundamental” (p. 35).

No texto em pauta, a dimensão empírica que os autores utilizam para demonstrar suas conceituações é o trabalho com o léxico espacial do movimento dos sem-teto no Brasil, estudado em São Paulo e no Rio de Janeiro, por meio de entrevistas e interpretações das falas dos participantes do movimento, por meio dos topônimos que são definidos para as diferentes formas de territorialização da práxis dos sem teto (que são os nomes dados aos lugares da ocupação, assentamento ou

⁵ O que está em *itálico*, neste texto, comparece sublinhado no texto original. Optamos pelo *itálico* por razões estéticas e não por discordância dos autores estudados.

⁶ Termo proposto por Yi-fu Tuan (1983).

acampamento nas cidades). Para Souza e Teixeira (2009), os topônimos “representam uma forma fundamental de “*marcar o espaço*” simbolicamente – parte essencial, portanto, não somente da produção de uma nova *imagem do “lugar”*, mas também do próprio processo de *territorialização*”. (p. 61).

Quadro 1 – Síntese da abordagem e compreensão de território de Marcelo Lopes de Souza

AUTOR	Territorialidade	Conceito de território	Abordagem
Marcelo Lopes de Souza	<ul style="list-style-type: none"> - Territorialidades flexíveis (apropriação de espaços por grupos flexíveis; variação da apropriação ao longo do dia). - Algo abstrato: o que faz o território ser um território (relações de poder operando em um substrato espacial). 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito se constrói em contraposição (sem negação) e na diferenciação dos conceitos de espaço e lugar. - Produto histórico, resultado <i>do domínio ou gestão de determinada área</i>. - Atuação do poder: Estado e grandes empresas. - Relações de poder. - Campo de forças. 	<ul style="list-style-type: none"> -Histórica; crítica. -Ênfase: conceito, grupos sociais e política. - Evidencia as diversidades dos movimentos sociais em suas diferentes dimensões e características e contribui para esclarecer o conceito e interpretar os movimentos sociais na cidade.

Org.: dos autores.

2. O segundo grupo⁷ é constituído por vários autores que têm, como característica comum, a instrumentalização do conceito de território por meio de estudos de grupos sociais de afirmação social (jovens, prostitutas, travestis) em diferentes cidades no Brasil.

Embora utilizem os conceitos de espaço, lugar, território e territorialização, alguns deles vão buscar em autores estrangeiros o suporte para esses conceitos. Mas nem todos se preocupam em deixar claro o que entendem por território ou territorialização, deixando que os estudos de caso [exemplos da atuação de grupos sociais nas cidades] falem como eles [os conceitos] devem ser entendidos.

Um primeiro autor que destacamos é **Miguel Ângelo Ribeiro**, que trabalhou com o conceito de território desde os anos 1980. Autor de artigos sobre os territórios da prostituição no Rio de Janeiro, está representado, neste texto, pelo escrito que compartilhou com Rogério B. de Matos, intitulado *Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro*. Para os autores, quando um indivíduo ou um grupo de pessoas se apodera de um local, “*formaliza um território*”; no entanto, “*para que esse território possa existir como tal é necessário um esforço constante para seu estabelecimento e manutenção*” (p. 63). A principal referência dos

⁷ Pode parecer estranho, no primeiro grupo, termos tratado de um autor apenas. Isso se justifica porque estamos, neste item, tratando do território na cidade partindo de vários autores que foram e são importantes para compreender isso.

autores são Robert Sack, Edward Soja e Claude Raffestin. De Sack, retiram a afirmação de que a territorialidade é “uma estratégia de estabelecer diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações” (p. 63). A partir de Soja, afirmam que a “função da territorialidade é segregar e compartimentalizar a interação humana, controlando a presença/ausência e a inclusão/exclusão” de determinados grupos (p. 63). Por isso, “a demarcação de fronteiras invisíveis nos espaços públicos acontece de forma simbólica, combinando uma direção no espaço e a legitimação de sua posse” (p. 63). Baseando-se em Raffestin, os autores afirmam que “o espaço se torna um território de um ator desde que tomado como uma relação social de comunicação” (p. 64). Além desses três autores, principais referências, há, também, respaldo em estudos de Michel Foucault e Mônica Machado (a principal autora brasileira que aparece em suas análises). Assim, as descrições dos casos de territorialização da prostituição no centro do Rio de Janeiro levam em consideração as características do território descritas a partir dos autores citados, como conceito e concretização de uma rede de relações. Essa base conceitual vai servir de respaldo para outros textos de Ribeiro.

Outro autor que destacamos é **Benhur Pinós da Costa**, que produziu vários textos em coautoria. Entre eles destacamos, em primeiro lugar, *Diversidade cultural e territorializações intra-urbanas tomando como exemplo o centro de Porto Alegre/RS*, de 2000.

Suas principais bases sobre o conceito de território são Marcelo Lopes de Souza (1995) e Erving Goffman (1988). Ele utiliza, também, o conceito de globalização sustentado em Milton Santos (1997), Mike Featherstone (1995) e Carlos Fortuna (1997) que, por sua vez, baseia-se [o conceito] em leituras de Fredric Jameson e Richard Sennett (1998). Invertendo a prioridade do tema deste texto [território], partimos do que ele utiliza como globalização: “... ao contrário de uma homogeneização, é marcada a diferença que aquece os mecanismos identificatórios em diferentes escalas” (p. 174). Utilizando o que escreveu Louis Wirth (1997), Costa escreve: “lugar e a natureza do trabalho, o rendimento, as características sociais e étnicas, os costumes, hábitos, gostos, preferências e preconceitos constam-se entre os fatores mais significativos de acordo com os quais se processa a seleção e a distribuição da população urbana pelas diferentes zonas da cidade” (p. 55). Aqui está uma inferência sobre a disposição das pessoas nas cidades, o que supõe localização, fundamental relação na constituição e apropriação de territórios específicos da cidade. A cidade permite a manifestação de inúmeros aspectos culturais pela via de um

anonimato que se manifesta cinicamente nas não-relações e nas relações entre diferentes grupos e suas características mais evidentes (sociais, de hábito, sexualidade, consumo etc). Assim, “[...] as pessoas, em suas trajetórias urbanas, podem montar inúmeros territórios muito próximos, lado a lado, visíveis em uma escala muito grande” (ibid., p. 178). Aqui, o autor refere-se a territórios efêmeros definidos pela presença das pessoas como indivíduos em seus percursos ao longo do dia. Neste caso, o território se mostra volátil e escapa da apreensão concreta de sua base material, que são as coisas estabelecidas na cidade que dão suporte às atividades econômicas, por exemplo.

O autor também se baseia em Souza (1995), ao afirmar que o território, “a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (p. 86).

Partindo da frase de Gaston Bachelard (1996, p. 146) “sou o espaço que [onde] estou”, Costa afirma que ela “remete à noção do espaço que embarca uma expressão cultural, essa constrói e transforma o território, assim como o território constrói e transforma os indivíduos participantes dessa expressão” (p. 183). O espaço é eivado de conflitos, disputas pelo tempo e pelo espaço na conformação de seus territórios, o que valoriza o que o autor chama de subjetividade, mesmo sem explicar exatamente o que ela significa.

Enfocando as *microterritorialidades*, Costa compartilha texto com Antonio Henrique Bernardes intitulado *Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface* (Quadro n.2). Um conceito destacado no texto é o das formas culturais. Para os autores, elas são formadas por ações, formas e conteúdos que definem “a produção e a vivência do espaço” porque são “estratégias de mercado que produzem o espaço de vivência público urbano”. As estratégias servem para selecionar “expressões individuais e de grupos, principalmente com base na capacidade de cada um para consumir”. Enfim, “a cultura é consumida e isso produz possibilidades restritas de participação, o que territorializa determinados eventos e práticas” (COSTA, BERNARDES, 2013, p. 39). O território, neste caso, é resultado das estratégias de ação definidas pelas formas culturais que, por sua vez, podem ser condicionadas pelas estratégias de ação das empresas em suas decisões de localização no espaço urbano e/ou de divulgação da mercadoria. No texto, os autores não definem o que entendem por território, pois se atêm mais ao conceito de espaço. Por outro lado, a *microterritorialidade* é enfatizada

pelo conceito de lugar ou de área, dos “que estão no centro” quando tratam de estudo de caso de um lugar homoafetivo. As pessoas que compõem os grupos homoafetivos conformam sua territorialidade reafirmando a territorialidade dos outros por meio da contestação das fronteiras reconhecidas pela apropriação de diferentes locais (COSTA, BERNARDES, 2013, p. 49). Em outros termos, “a apropriação territorial em escala ‘micro’ e a marcação de diferenças apresentam-se mais como um conflito do que como um caminho para a democracia territorial” (ibid., p. 56). Os principais autores citados por Costa e Bernardes são Carlos Fortuna (1997), Mike Featherstone (1995), Néstor Canclini (1998), Bruno Latour (1996) e Nécio Turra Neto (2013) – o que mostra um cruzamento nas referências do próprio grupo que estuda as *microterritorialidades*; ou seja, como já foi visto (e como será visto em outros autores do grupo), *as bases teóricas, principalmente de autores estrangeiros, repetem-se entre eles.*

Em outro texto, intitulado *O território como conceito-chave na educação ambiental – reflexões a partir do projeto comunitário “Jardim Botânico e a comunidade: preservando a flora nativa”* e compartilhado com Jaqueline Lessa Maciel e mais três outros autores, Benhur Pinós da Costa baseia-se em Haesbaert (2002), ao afirmar que “a espacialidade da cidade se produz por dois vieses”, sendo aquele que lhes interessa, no texto, é o segundo viés: “pela conformação de territórios alternativos, no sentido de como se usa realmente o espaço homogêneo produzido e as resistências quanto à massificação de padrões urbanísticos”, o que só é acessível “a uma parcela restrita de segmentos médios e altos da população” (COSTA, MACIEL, 2016, p. 128). Neste texto, Costa e Maciel afirmam que

a apropriação espacial - a territorialização - de partes do espaço urbano se constitui como processo fundamental à possibilidade de visualização e de luta política de um segmento social ou grupo cultural quanto à aceitação social de suas condições culturais e à busca da melhoria das condições de vida (consumo, habitação, lazer e trabalho) (p. 129).

Quadro 2 – Síntese da abordagem e compreensão de território de Benhur Pinós da Costa, Miguel Ângelo Ribeiro, Antonio Bernardes

AUTOR	Territorialidade	Conceito de território	Abordagem
Benhur Pinós da Costa, Miguel Ângelo Ribeiro, Antonio Bernardes	<ul style="list-style-type: none"> - Escala micro (recorte definido pelos sujeitos estudados). - Territorialidades flexíveis - Importância do conceito de lugar. - Múltiplos processos (economia, cultura, política). - Laços de comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito pouco enfatizado. Baseia-se em Souza (1995) - Território se faz na apropriação de espaços públicos por grupos específicos. - Espaço como base do segmento social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fenomenologia - Ênfase: operacionalização do conceito pelo estudo de grupos sociais minoritários. - Evidencia as microterritorialidades e seus atores específicos na cidade.

Org.: dos autores.

Outro autor que trazemos para debate é **Nécio Turra Neto**. No texto *Espaço e lugar no debate sobre o território* (de 2015), ele Ele vai pelo mesmo “caminho” dos anteriores no que concerne ao enfoque nas microterritorialidades, partindo, também, do que escrevera Souza (2001), quando diz que ele “trouxo para o Brasil a ideia de que o território é uma relação social projetada no espaço, mais do que um espaço concreto” (TURRA Neto, 2015, p. 53). Turra Neto viu isso como possibilidade de utilizar no “conceito de território o caminho pelo qual poderia fazer uma leitura de movimentos sociais, grupos sociais excluídos, manifestações culturais, ‘tribos urbanas’ e tantos outros sujeitos sociais” (ibid., p. 53). Para esboçar sua base conceitual, ele enfatiza que “entre espaço e território, há o lugar, como conceito intermediário” (ibid., p. 53). Aqui temos, mais uma vez, a alusão aos *conceitos que são, geralmente, tratados (se não juntos, próximos): espaço, território e lugar*.

Turra baseia-se em Benno Werlen (2000), Doreen Massey (2008) e Martina Löw (2013) para assumir um conceito de espaço que não se confunde com sua materialidade, mas é carregado de tempo. Sobre o território, mais diretamente, ele afirma-o como relação social; para entendê-lo, é preciso dar voz aos sujeitos e suas ações e relações sociais (TURRA Neto, 2015, p. 56). Além disso, não se pode estudar o território negligenciando o tempo e o espaço, “uma vez que o território seria uma conformação espacial particular, num movimento mais amplo de espacialização do mundo pelos sujeitos sociais em ação e relação com a materialidade social, num lugar determinado” (ibid., p. 56). Com esta citação, o autor lembra o conceito de território esboçado por Marcelo Lopes de Souza.

Turra Neto (2015) explica a constituição do território por meio da materialidade que é dada pelo espaço que serve para demarcar “a diferença em relação ao outro”, pois é preciso “negociar e impor sua presença e visibilidade em meio a formações espaciais outras, ou em meio a formação espacial hegemônica, que tenderia a apagar

ou invisibilizar sua presença em relação, num certo lugar, onde se realiza um encontro negociado” (p. 56). Para esse autor, portanto, o território se constrói nas relações entre grupos em espaços determinados (ou, de maneira sinônima, apropriação de áreas, de forma efêmera ou permanente) como “recurso para afirmação social, política, para expressão e realização da alteridade...” (p. 56). Ele conclui que “há tantos territórios quanto são os sujeitos que se envolvem em formações espaciais que territorializam, aqui e ali, sua alteridade num encontro negociado” (p. 57), mostrando que sua escala de abordagem, como sói acontecer com os outros autores desse grupo, é a microterritorialidade.

Em outro texto, de 2009, (*Punk e hip-hop na cidade: territórios e redes de sociabilidade*), TURRA Neto trata das territorialidades de grupos de jovens que formam seus territórios na cidade por meio do “estudo de uma cultura juvenil urbana, acompanhando sua trajetória de chegada até um *lugar* específico e o seu processo de *territorialização* pretérito e atua” (TURRA Neto, 2009, em itálico no original, p. 3). Ele procura entender a “dimensão espacial na compreensão do *hip-hop*, enquanto fenômeno urbano”, considerando a “homogeneização cultural” como “processo de relativização da cultura global pelo local”. Aqui, as ideias “de desterritorialização e reterritorialização também são comuns” (p. 3).

Turra Neto deixa clara a mesma orientação teórica dos autores analisados anteriormente. Para ele, o conceito de lugar foi inspirado, amplamente, em Doreen Massey, “para quem o lugar é um feixe eventual de conexão de redes de relações, de diferentes escalas, que se intersectam, mas continuam em processo, de forma que novas conexões são sempre possíveis” (Turra Neto, 2009, p. 7, rodapé). Além de Massey, ele assume que o debate sobre território de Haesbaert é o que respalda seu estudo “pois aponta a possibilidade de constituição do território no movimento, em rede, a partir de uma experiência de ‘multiterritorialidade’, em ‘múltiplos territórios’” (ibid., p. 7).

O estudo do hip-hop tem como recorte territorial a cidade de Guarapuava, no Paraná, onde a territorialização desse movimento “tem uma maior complexidade” pois “envolve trânsitos e redes que abarcam toda a cidade e conduzem à produção de novas formas territoriais” (ibid., p. 2). O estudo de Turra Neto (2009) tem, como característica normativa, a mesma dos estudos analisados anteriormente: mesmo demonstrando a “necessidade de maior precisão conceitual, no emprego de termos como lugar, território, espaço, bairro, cidade” (ao tratar dos estudos sobre juventudes) (ibid., p. 2).

O movimento hip-hop, em Guarapuava, desenvolveu-se por meio de jovens que se desterritorializaram de suas áreas de origem na cidade (geralmente áreas periféricas), produzindo novas territorialidades na área central (ibid., p. 4).

A contribuição de Turra Neto (2009) tem, como originalidade em relação ao que já foi exposto, a proposta de uma “identidade juvenil transterritorial que reelabora um pertencimento territorial concreto, transmutando um referente de estigma em um referente positivo” (p. 9).

O último autor que trazemos neste grupo é **Márcio Ornat**, por meio de dois textos. No primeiro deles (*Entre territórios e redes geográficas: considerações sobre a prostituição travesti no Brasil meridional*, de 2009), ele parte de geógrafos clássicos e de geógrafos brasileiros que se debruçaram sobre o conceito de território para justificar o uso desse. Aí, ele resume Claude Raffestin, Fredrich Ratzel e Jean Gottmann (os clássicos), e Marcelo Lopes de Souza e Rogério Haesbaert (os brasileiros). Para ele, “o território da prostituição travesti está ao mesmo tempo fora da cidade e compõe a cidade, uma junção de insider/outsider” (ORNAT, 2009, p. 94) que pode ser segregado pela cidade, mesmo que ele [o território] seja uma das expressões dela. Partindo sempre do conceito de espaço para chegar ao território, o autor conclui que este é constituído pelas práticas espaciais cotidianas.

Em texto mais contundente, de 2014, Ornat divide, com **Joseli Maria Silva**, texto sobre os territórios pela ótica da microterritorialidade (*Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil*). Texto recente, dialoga com autoras pouco conhecidas no Brasil (Doris Wastl-Walter e Lynn Staeheli, 2004) que argumentam que “o território, tanto quanto a territorialidade e a fronteira são elementos que remetem às relações de poder ligadas à soberania e à segurança” (ORNAT, SILVA, 2014, p. 105). Neste caso, as relações de poder e a soberania são elementos persistentes. Esta tendência “tem obscurecido a possibilidade de uso da ideia de território e poder pelo viés da sexualidade e de outros marcadores sociais como gênero e raça, por exemplo”. Nessa mesma direção, eles afirmam que “a reivindicação do uso do conceito de território que extrapola a sua relação com o poder de Estado tem sido realizada na Geografia” (ibid., p. 115). Os autores afirmam que “o território e suas fronteiras delimitadoras são reflexo e condição das relações de poder através das quais foram produzidas, sendo forjado em situações particulares e projetando-se para fins estabelecidos” (ibid., p. 115). Aqui destacamos um aspecto inovador na elaboração do conceito de território: o fato de que o território e suas fronteiras são *reflexo* e *condição* das relações de poder. Reflexo e condição lembram um aspecto até então não enfatizado

pelos outros autores: o território não é só constituído pelas relações de poder (entre outras características) mas *condicionam as relações de poder* que o tornam território. Os sentimentos de pertença decorrentes das experiências positivas e de exclusão (experiências negativas) dão a complexidade que forma o território (ibid., p. 116). A articulação entre diferentes escalas espaciais explica as ações “de controle [...] que gera as fronteiras delimitadoras e os processos de inclusão ou exclusão de pessoas e comportamentos” (ibid., p. 116)

Para continuar com seus argumentos, os autores recorrem a uma geógrafa (Gillian Rose, 1993), para quem a multiplicidade e a plurilocalidade dos sujeitos em suas “relações de poder podem estar na situação de centro e/ou margem da configuração territorial, dependendo do perfil de relação que se estabeleça”. Para Rose (1993), as pessoas ocupam, simultaneamente, “polos de centro e de margem de relações de poder, a partir das mais variadas possibilidades espaciais e isso depende da posição do sujeito que olha o fenômeno” (ORNAT, SILVA, 2014, p. 117). Esta posição propõe, indiretamente, que a relação sujeito-objeto (do ponto de vista metodológico) seja observada pelo pesquisador de maneira diferente que ocorre com os sujeitos que estão atuando na conformação dos territórios e suas territorialidades, tanto em territórios contínuos quanto em territórios descontínuos sem desconsiderar as diferentes temporalidades que os afetam. Aí aparece a proposta de território paradoxal: 1) “O território é resultado do discurso produzido”; 2) “o poder é componente fundamental na apropriação espacial”; 3) “Os elementos que compõem cada categoria discursiva do fenômeno concebido como território descontínuo paradoxal não possuem um sentido unívoco, ou uma única posição” (p. 126-127) (Quadro n.3).

Quadro 3 – Síntese da abordagem e compreensão de território de Marcio Ornat e Joseli Maria Silva

AUTOR	Territorialidade	Conceito de território	Abordagem
Marcio Ornat, Joseli Maria Silva	- Escala micro articulada a diferentes escalas. - Territorialidades e temporalidades na formação do território.	- Território paradoxal. - Territórios contínuos e descontínuos. - Multiplicidade e plurilocalidade.	- Fenomenologia. - Discurso produz território. - Apropriação espacial. - Evidencia as microterritorialidades.

Org.: dos autores.

Depois da exposição de estudos sobre o território a partir de diferentes territorialidades e suas especificidades, cabe um encaminhamento que leve em consideração a própria limitação deste estudo. Como ele não pretendeu cobrir todos os estudos conhecidos sobre o território mas, antes de mais nada, enfatizar duas

tendências que exemplificam o que vem sendo feito no Brasil (considerando os autores basilares, tanto brasileiros quanto estrangeiros) em termos de evidência tendencial. O território continua sendo estudado (o que é importante para o conhecimento geográfico) e novas abordagens continuam sendo divulgadas por inúmeros autores.

Um exemplo de como o conceito de território comparece na cidade fica por conta do livro organizado por José Borzacchiello da Silva, Cícero Nilton Moraes da Silva e Eustógio Wanderley Correia Dantas⁸, com 12 textos que trazem, de maneira mais insistente, o uso do território em espaços rurais e, em alguns casos, nas relações entre o urbano e o rural. Das diferentes contribuições, destacamos *As armadilhas do território*, de **Rogério Haesbaert**, para fazer uma “ponte” com a segunda parte deste texto, que trata do conceito de território no rural. Para Haesbaert (2016), as armadilhas a que ele se refere são: 1) “território desistoricizado/naturalizado (ou “o território sem tempo”); 2) “território desmaterializado”; 3) “território analítico, sem prática”; e 4) território do poder [apenas] estatal e do “território-zona, sem rede” (p. 21).

A primeira armadilha é decorrente da dicotomia entre espaço e tempo (ibid., p. 21-25). A segunda armadilha parte do pressuposto que o território pode ser concebido sem uma base material, o que é inconcebível, como dar a ele uma condição “ideal”, lembrando Joël Bonnemaison (ibid., p. 25-29). Em seguida, não se deve transformar o “território em uma categoria analítica destituída de qualquer interlocução com seu uso prático ou enquanto categoria da prática” ou como “categoria normativa” (p. 29). Finalmente (última armadilha), o território não pode ser concebido como “poder estatal” ou “container zonal” (ibid., p. 32-36). Haesbaert termina seu texto alertando para se ter cuidado com outras armadilhas que podem surgir se forem desconsiderados os elementos básicos do território como foram apresentados, anteriormente, tanto na formação de seu conceito quanto nas possibilidades de sua operacionalização.

Agora vamos verificar como o território comparece, por meio de alguns autores, na Geografia Agrária.

2. O território na Geografia Agrária

Neste item, vamos ver como alguns autores trabalharam o conceito de território dentro do espectro da Geografia Agrária. Notaremos que, de maneira geral, a

⁸ SILVA, José B. da, SILVA, Cícero N. M., DANTAS, Eustógio W. C. *Território, modo de pensar e usar*. Fortaleza, Edições UFC, 2016.

introdução sistemática do conceito de território acontece antes do que na Geografia Urbana brasileira, especialmente a partir da Geografia francesa e da obra *Por uma geografia do poder*, de Claude Raffestin. Como existe uma ampla relação de obras e autores, selecionamos alguns que consideramos mais expressivos e de distintas gerações, porém, com certa contemporaneidade.

Manuel Correia de Andrade é um dos pesquisadores que teve centralidade no movimento de renovação da Geografia no Brasil, desde os anos 1950, juntamente com autores estrangeiros como Pierre Monbeig e Pierre George, caracterizando, entre os anos 1950 e 1960, uma Geografia de transição para abordagens consideradas mais radicais. Uma das suas obras de destaque, internacionalmente conhecida, é *A terra e o homem no Nordeste*, publicada pela primeira vez em 1963. M. C. de Andrade construiu uma abordagem com influência da geografia regional francesa efetivada no período 1940-60, sobretudo de Paul Vidal de La Blache. No entanto, ele também foi influenciado por concepções elaboradas por autores como M. Rochefort, P. Monbeig e O. Dollfus, estudiosos que têm centralidade na construção do arcabouço teórico-metodológico que resultou no entendimento do espaço construído socialmente, além de Jacques Boudeville e François Perroux (SAQUET, 2010).

Para Andrade (1963), a região é o conceito principal, considerando elementos da natureza e da sociedade, principalmente desta última, evidenciando aspectos fundamentais do uso da terra, da ocupação e das relações de trabalho no Nordeste brasileiro, ou seja, os sujeitos sociais. Há ênfase para o processo histórico descrito a partir de um recorte regional, numa abordagem eminentemente areal, histórica, econômica, descritiva e crítica. O território é compreendido como área e Estado-nação, considerado de maneira subjacente na argumentação realizada. Os elementos da natureza destacados são os rios, a vegetação, o clima, o regime pluviométrico e o solo. As atividades sociais evidenciadas são o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, a criação de gado, a policultura de subsistência, a estrutura fundiária e a mão-de-obra.

Desse modo, percebemos que há destaque para a concentração da terra, para as técnicas produtivas e para os trabalhadores, caboclos, escravos, técnicos e assalariados, especialmente a partir do fortalecimento da agroindústria açucareira, elaborando uma Geografia crítica e de denúncia das condições de trabalho e vida no espaço agrário do Nordeste brasileiro, construída a partir de referências como Pierre George, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.

Esta obra, *A terra e o homem no Nordeste* (1963), marca, conforme Maia (2009), na geografia agrária brasileira, uma fonte fundamental de análise para os

estudos sobre a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo, antecedendo o processo de renovação da geografia brasileira desencadeado nos anos 1970. Medeiros (2009), também se referindo a este livro supracitado, resume muito bem sua importância:

É um marco na Geografia Agrária brasileira pois traz para o debate geográfico questões relativas à propriedade da terra, às relações de trabalho, às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais, às intervenções e às ações políticas. Nesta obra, de forte impacto político, a questão agrária brasileira é despida de suas vestes falsas para ser vista de forma clara e transparente.

Em Andrade (1971 [1967]), texto escrito logo depois de seu retorno da França, encontramos, talvez, uma de suas principais obras na qual dá centralidade ao conceito de território. Antes e depois, seus conceitos principais foram região e espaço, o que já revela aspectos das fases da sua formação e atuação como profissional. Nesta obra, Manuel Correia de Andrade evidencia as condições (*geográficas, históricas, econômicas e sociais*) consideradas fundamentais para o desenvolvimento e suas disparidades em distintas regiões. Por este raciocínio, existem regiões mais ou menos desenvolvidas que caracterizam o desenvolvimento regional de certo país: O Brasil é compreendido como um território formado por várias regiões, onde certas cidades se tornam, historicamente, *pólos* de desenvolvimento econômico e estão ligadas através de redes hierárquicas.

Sua teorização que é aprofundada nos anos 1980 e socializada em Andrade (1984), por exemplo, ao estudar o Estado e suas implicações na organização do espaço. É um texto de Geografia política e econômica, no qual Manuel Correia de Andrade faz uma crítica a Geografia política clássica, propugnando em favor da Geografia crítica para desvendar e explicar as classes sociais, a atuação do Estado em diferentes instâncias e o espaço *produzido* socialmente. O espaço, nesta concepção, é transformado histórica e socialmente, por meio da tecnologia, do capital e da atuação do Estado, portanto, tem um conteúdo heterogêneo, justamente em virtude das ações do Estado e dos agentes do capital que *organizam o território* de acordo com seus interesses.

Já sua obra *Geografia: ciência da sociedade* (2006 [1987]), parece-nos que revela uma fase de síntese teórico-metodológica resultante das suas reflexões teóricas, conceituais e empíricas. Cabe destacar o caráter político desta obra de Manuel Correia de Andrade, revelado especialmente a partir dos temas tratados nos capítulos 10 e 11, intitulados, respectivamente, *Geografia e ação*, e *A Geografia e a problemática do mundo atual*, evidenciado aspectos centrais do que estamos

denominando de uma concepção operativa, isto é, que possa gerar subsídios para a atuação política do pesquisador. Já o conceito de território permanece em um nível bastante subsidiário, compreendido como área e/ou Estado-nação.

Mais recentemente M. C. de Andrade evidencia aspectos do processo histórico de formação do Brasil como Estado-Nação. No início dos anos 1990, em Andrade (1991), o território aparece, novamente, como Estado-nação, embora qualificado a partir de relações de poder mais amplas que extrapolam a atuação do Estado e envolvem os movimentos sociais, principalmente os *populares*, conhecidos como *revoltas* internas que aconteceram no Brasil.

Para Andrade (1995), o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar: o conceito de território é inerente à *idéia de domínio ou de gestão de determinada área*. “Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 1995, p.19). Enfatiza, em sua abordagem, as forças políticas e econômicas na constituição do território. Na dinâmica econômica, reconhece o rompimento das fronteiras pela atuação de grandes empresas.

No entanto, já no início de sua obra, *A questão do território no Brasil*, nega a territorialidade indígena e a efetivada tanto no Brasil Colonial como no Imperial, porque tem uma compreensão mais superficial do conceito de território: “Assim, o Brasil, que possui desde o período colonial um grande espaço, durante séculos não o transformou em território, por meio do exercício de sua gestão, só vindo a tentar fazê-lo a partir dos meados do século XX, quando o Governo Vargas, no Estado Novo, criou a Fundação Brasil Central e pregou ‘a marcha para o Oeste’, procurando expandir a área de ação e de domínio do Governo” (ANDRADE, 1995, p.20). (grifo do autor).

Ele restringe o entendimento do território à ação do Estado (gestão), lançando mão do conceito de área para tentar revelar a importância dessa atuação na formação do Brasil enquanto Estado Nacional. Seu conceito de territorialidade reforça essa minha análise: “Admitimos que a expressão *territorialidade* possa vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado” (ANDRADE, 1995, p. 20). (grifo do autor). A territorialidade significa recursos, objetos, pessoas, ideologia e gestão; é concebida como recursos e/ou elementos, como o povo e como sentimento de pertencimento ao Estado-Nação (Quadro n. 4).

Quadro 4 – Síntese da abordagem e compreensão de território de M. C. de Andrade

AUTOR	Territorialidade	Conceito de território	Abordagem
Manuel Correia de Andrade	<ul style="list-style-type: none"> - O que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão. - Processo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado. - Significa recursos, pessoas, ideologia e gestão; sentimento de pertencimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferente dos conceitos de espaço e lugar. - Produto histórico, resultado <i>do domínio ou gestão de determinada área</i>. - Atuação do poder: Estado e grandes empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Histórica, relacional e crítica. -Ênfase: política e econômica. - Evidencia as diversidades regionais e contribui para desvendar jogos de poder e controle do povo. - Caráter político bem definido.

Org.: dos autores.

Porém, em sua descrição de aspectos da formação do Brasil, há características da substantivação do território, revelando relações de poder, de apropriação e dominação, além da atuação do Estado. Há, aí, um descompasso entre o conceito, a descrição e a análise feitas sobre a formação do Brasil entre os séculos XVI e XX. Ao tratar, por exemplo, da mobilidade de paulistas para escravizar indígenas do Sul do Brasil, e de pernambucanos e baianos no Nordeste, revela a efetivação de redes de circulação, sempre fundamentais na formação de um certo território. Andrade, evidencia a área e a gestão do território (territorialização), historicamente condicionado por fatores eminentemente econômicos e políticos (Estado-Nação). De maneira geral, Andrade evidencia a área e a gestão do território (territorialização), historicamente condicionado por fatores eminentemente econômicos e políticos, com significativa influência da concepção de Robert Sack.

No início dos anos 1980, dois estudos *pioneiros* no que se refere à utilização do conceito de território, são de **Léa Goldenstein** e **Manuel Seabra**, e Bertha Becker. No interessante texto de Goldenstein e Seabra (1982), que marca, entre outros, a construção do pensamento geográfico de forma crítica no Brasil, apesar da centralidade do conceito de região e da abordagem regional (com base em estudos de Francisco de Oliveira e Alain Lipietz), os autores utilizam o conceito de território intensamente, entendido a partir dos processos de divisão social e territorial do trabalho, como uma *dimensão espacial*. A ênfase do estudo é para os fatores econômicos e políticos da regionalização do espaço geográfico, trabalhada como processo, no *real* e não simplesmente como classificação de áreas. Assim denotam relações de poder, dominação econômica, política e aspectos do movimento efetivado, no espaço, através de redes de circulação. Além disso, o conceito de território é

compreendido, por Goldenstein e Seabra (1982), como área ou áreas que se relacionam e se combinam, econômica e politicamente e, como Estado-Nação, fazendo uma instigante articulação entre os conceitos de região, regionalização e território, que merece ser revisitada (SAQUET, 2007; SAQUET e CICHOSKI, 2013).

Já **Bertha Becker** (1983), por sua vez, pauta sua argumentação no conceito de território, preocupada com seu *uso* político, no *real*. Orienta-se na obra de Claude Raffestin (1993 [1980]), tanto para fazer sua crítica à concepção unidimensional de Friedrich Ratzel como para argumentar em favor da multidimensionalidade do poder:

A geografia do Estado-nação esconde os conflitos existentes em todos os níveis relacionais e constitui um fator de ordem, privilegiando o concebido em relação ao vivido. A análise das relações de poder se impõe para eliminar o determinismo da concepção unidimensional do poderio do Estado e superar a dicotomia concebido/vivido (BECKER, 1983, p.7).

Dessa forma, afirma que se recupera a noção de território, como espaço de distintos atores sociais, produzido socialmente para além da atuação do Estado. Ratificando Raffestin (1993 [1980]), Bertha Becker enfatiza as dimensões sociais da economia e da política na constituição do território, com limites e malhas. A territorialidade, corresponde à *face vivida* do poder e do território. É uma discussão que auxilia na difusão de *ideias* de Claude Raffestin no Brasil.

O território, na concepção da Bertha Becker, é construído socialmente, assumindo as características de cada sociedade. Há destaque para as intervenções do Estado e das empresas no bojo de expansão do capitalismo em nível internacional. A territorialidade corresponde às relações sociais multidimensionais, ou seja, efetivadas em diferentes situações da vida cotidiana, concepção qualificada no decorrer dos anos 1990 (SAQUET e CICHOSKI, 2013).

Outra obra selecionada é Becker (1995), capítulo de uma coletânea que marcou a geografia brasileira em virtude dos temas e dos conceitos tratados por cada autor e do caráter reflexivo dos textos num período de expansão da discussão e da utilização, no Brasil, do conceito de território. Segundo Becker (1995), destacam-se dois elementos na relação Estado-Espaço: a) o *Estado como relação social*, envolvendo a organização do território nacional, influenciando as relações sociais, *produzindo* o espaço de uma forma complexa, reguladora e ordenadora; b) a *nova tecnologia espacial*, gerando um *conjunto de conexões, comunicações, redes e circuitos*. Desse modo, a valorização estratégica e econômica do território se refere a todas as escalas geográficas, do país e do lugar, sob o comando dos agentes

econômicos e financeiros, gerando fortes diferenciações, afetando o poder estatal e os territórios nacionais.

Sucintamente, neste texto de Becker, notamos novamente o destaque dado para a atuação do Estado e para as tecnologias, ampliando sua concepção inerente à globalização e à relação sociedade-espço a partir do reconhecimento e da valorização da problemática ambiental (Quadro n.5), tema que aparecerá em outras de suas obras. São processos apreendidos numa perspectiva de geografia histórico-crítica e relacional, como ocorre em Becker (2005), quando destaca a ocupação da Amazônia por processos devastadores e a valorização monetária dos produtos destinados ao mercado externo.

Quadro 5 – Síntese da abordagem e concepção de território de Bertha Becker

AUTOR	Territorialidade	Conceito de território	Abordagem
Bertha Becker	<ul style="list-style-type: none"> - É um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos. - Representa a <i>face vivida do poder</i> e do território. - Estratégias de ação do Estado com o intuito de dominar o território. - Estratégias de gestão envolvendo diversos agentes sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - É concretizado de maneira multidimensional, ou seja, pela atuação do Estado, das empresas e dos movimentos sociais. - Espaço de gestão territorial, envolvendo estratégias científico-tecnológicas do poder, o Estado, as empresas e os movimentos sociais. - Corresponde a uma área formada pelas atividades produtivas, pelas cidades, por núcleos dispersos, pela floresta, por redes internas e externas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Geografia crítica destacando as relações sociais e a problemática ambiental.

Org.: dos autores.

Isto ocorre principalmente a partir de 1960, quando o processo de urbanização regional se inicia efetivamente, devido à construção da rodovia Belém-Brasília e a partir da *Política de Integração Nacional*, intensificando os fluxos das mercadorias, dos trabalhadores, das informações (inovações e comunicações) e os serviços implantados. Tal mudança estrutural e hierárquica ocorre num duplo movimento de *concentração e desconcentração*, provocando profundos impactos sociais, ambientais e econômicos, descritos e analisados com significativos detalhes que caracterizam uma abordagem histórico-crítica e relacional, destacando o processo histórico da urbanização na Amazônia, as relações e redes que são estabelecidas em virtude das atividades produtivas, administrativas e de gestão regional. O território corresponde à Amazônia, mas há destaque para as relações sociais e para as redes.

Mais recentemente, Becker (2007) continua evidenciando a diversidade amazônica, a evolução tecnológica e a percepção da escala que envolve os territórios. A autora ressalta as transformações que ocorreram na Amazônia chamando a atenção

para o processo de ocupação que se deu principalmente na década de 1970 e início dos anos 1980, para as mudanças que se deram na organização da sociedade amazônica, ligadas às telecomunicações, à mobilidade do trabalho e à urbanização, todos temas recorrentes em suas pesquisas, porém, notadamente, com uma ampliação qualitativa na sua abordagem dos fenômenos e processos geográficos.

A questão territorial amazônica, portanto, é uma questão nacional: conhecer o território é fundamental, pois possibilita a criação de diferentes prioridades políticas. Cada parcela do território, com suas especificidades, precisa ser estudada e administrada por meio das políticas apropriadas para preservar o ambiente e as populações locais, sem desconsiderar os processos *transnacionais* em virtude da importância global da Amazônia. O território, portanto, corresponde à área ou ao espaço amazônico, com toda sua diversidade, singularidade e importância para sociedade e para o planeta. Território altamente valorizado geopolítica e economicamente, como *símbolo de vida e capital natural*, num movimento mais amplo de mercantilização e globalização, como afirma Becker (2007).

Outra abordagem eminentemente relacional também é substantivada por **Arioaldo U. de Oliveira** (1991, 1999, 2004). Na primeira obra, Oliveira (1991) entende o território como localização, área e distribuição espacial; apropriação da terra e da renda; como controle de área, pessoas, processos produtivos e da circulação de mercadorias, enfim, no circuito de rotação e reprodução do capital. Tece uma abordagem mais econômica, das relações capital-trabalho, sendo que o território é um conceito subsidiário ao de espaço geográfico.

Essa concepção é detalhada em obras como a de Oliveira (1999). Nesta, há centralidade do conceito de território, compreendido a partir de obras como as de Henri Lefebvre (1974), Francesco Indovina e Andrea Calabi (1974), Claude Raffestin (1993 [1980]) e Massimo Quaini (1979). As combinações e articulações sociais fazem parte das contradições do MCP que determinam a formação do território. O território significa uma

síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (OLIVEIRA, 1999, p. 74; grifo do original).

Para Oliveira, numa concepção crítica marxista, o território é resultado dessas relações sociais que se territorializam desigualmente, por mediações e ações,

sobretudo, econômicas e políticas, de controle, no processo de luta de classes. No dizer do autor, são as forças produtivas e relações de produção que geram/conformam o território, o que significa *manutenção/transformação*, distribuição e concentração, desigualdades e contradições, valorização e reprodução. Assim, conforme Oliveira (1999), formam-se as regiões ou *frações* de uma formação territorial. As desigualdades internas, de um país, são produto do que o autor denomina de *desenvolvimento territorial desigual*.

Ao mesmo tempo, o território também é compreendido como Estado-Nação, área ou monopólio da produção e da circulação de mercadorias, retomando aspectos da argumentação feita em Oliveira (1991 e 1986): este processo ocorre através dos financiamentos, das políticas públicas, do valor da produção, dos juros, do consumo, concentração do capital, da terra e da força de trabalho etc. Na sua obra de 1986, há um processo de *monopólio da produção, dominando a circulação*, sujeitando os sujeitos e a renda da terra por meio das relações sociais de produção *capitalistas e não-capitalistas*, problemática entendida, a partir dos anos 1990, numa abordagem territorial, consoante já mencionamos. O capital se territorializa no campo e na cidade, pela apropriação ou controle/domínio societal (Quadro n. 6).

Quadro 6 – Síntese da abordagem e do entendimento de território de A. U. de Oliveira

AUTOR	Territorialidade	Conceito de território	Abordagem
A. U. de Oliveira	Como relações sociais que se territorializam desigualmente, por mediações e ações, sobretudo, econômicas e políticas.	<ul style="list-style-type: none"> - Como localização, área e distribuição espacial. - Apropriação da terra e da renda. - Como Estado-Nação ou monopólio da produção e da circulação de mercadorias. - Controle de área, pessoas, processos produtivos e da circulação de mercadorias no circuito de rotação e reprodução do capital. - Resultado do processo de produção/distribuição/circulação/consumo e das mediações supraestruturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relacional e crítica marxista - Ênfase econômica, das relações capital-trabalho na luta de classes. - <i>Territorialização do capital</i> (industrial e proprietário) e <i>monopolização do território</i> (os agentes não se territorializam). - Caráter político bem definido.

Org.: dos autores.

Dessa forma, há, para Oliveira (1999), o processo de *territorialização do capital* e o de *monopolização do território*. O primeiro acontece quando o industrial, o proprietário da terra e o *capitalista da agricultura* se tornam a mesma pessoa ou empresa. No segundo caso, os agentes do capital monopolizam o território *sem territorializar-se*, redefinindo relações camponesas de trabalho e se utilizando deste para produzir capital. Em síntese, Oliveira (1991, 1999) elabora uma abordagem

relacional e múltipla do território, destacando os processos econômicos e políticos, reconhecendo a relação área-rede no processo de controle/monopólio do território, com significativa influência da concepção de Claude Raffestin.

Numa concepção também relacional e fundamentalmente político-econômica, **Bernardo M. Fernandes** (1996, 2000), substantiva uma perspectiva materialista das relações sociais, espaço-temporalmente definidas. Na territorialização, há fluxos e movimento, enraizamento, localização, identificação e distribuição. O território corresponde a uma área ou a um lugar de vida, apropriado, ocupado e transformado; um lugar de negociações e dominação; de conflitos e lutas entre diferentes classes sociais. Como área, o território pode corresponder a um recorte político-administrativo, sinônimo de região ou do Estado-Nação. Como lugar, tem um caráter político e de *práxis* muito forte, identificado com a organização política e infraestrutural (acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais, veículos, implementos), ou seja, o território pode ser resumido num conjunto de obras e relações sociais, historicamente definidas, que se desterritorializam e se reterritorializam no tempo e no espaço (Quadro n. 7).

Quadro 7 – Síntese da abordagem e da concepção de território de B. M. Fernandes

AUTOR	Territorialidade	Conceito de território	Abordagem
B. M. Fernandes	<ul style="list-style-type: none"> - São plurais, transescalares e correspondem às relações de poder, aos conflitos e disputas. - Estão vinculadas aos movimentos sociais de luta e resistência política e cultural. - Estão na governança, na apropriação e nas intencionalidades dos sujeitos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Com fluxos, enraizamento, localização, identificação e distribuição. - Como área ou lugar de vida, apropriação, ocupação e transformação. - Lugar de negociações e dominação; de conflitos, organização e lutas entre diferentes classes sociais. - É construído a partir do espaço, por meio das relações sociais, portanto, é <i>multidimensional</i> e transescalar (de distintos <i>tipos</i>). 	<ul style="list-style-type: none"> - Relacional, crítica, (i)material e fundamentalmente político-econômica. - Caráter político bem definido.

Org.: dos autores.

Verificando outras obras do mesmo autor, percebemos que Fernandes (1996, 2000, 2007, 2008, 2005, 2009) argumenta em favor da *multidimensionalidade* do campesinato, concepção na qual o território é entendido como resultado de um processo social e espacial, destacando as fases de formação e consolidação, por exemplo, do MST, as contradições, as relações de poder e as conflitualidades imanentes ao desenvolvimento desigual do MCP. Existe um processo de

territorialização do movimento camponês e do agronegócio que gera constantes conflitos. O território tem um conteúdo *multidimensional e multiescalar*, envolvendo, portanto, distintas escalas geográficas, do local ao nível internacional, a partir das territorialidades cotidianas dos sujeitos. Estas últimas estão na base da formação dos *territórios camponeses e dos capitalistas*, gerando *disputas territoriais* que ocorrem em virtude de fatores econômicos, políticos e ideológicos (FERNANDES, 2008, 2009). Sucintamente, para este autor, o território corresponde a um lugar de vida, apropriado, ocupado e transformado; lugar de negociações, conflitos e disputas entre as classes sociais, numa abordagem mais político-econômica, também relacional, também com significativa influência da concepção de Claude Raffestin (1993 [1980]), trabalhado conjuntamente, em Fernandes (2005,) com argumentações de Ariovaldo de Oliveira (1991), Carlos W. P. Gonçalves (2001) e Milton Santos (1988, 1996).

Assim, Fernandes considera que *todo território é um espaço*, porém, *nem todo espaço é um território*, porque este último se caracteriza pelo movimento *sobre o espaço geográfico*; ocorre pela transformação do espaço por meio das relações sociais; é concreto e imaterial – *multidimensional* – e inerente aos *processos geográficos* e ao movimento *TDR*, substantivando, assim, *movimentos sociais e socioterritoriais* como *um mesmo sujeito coletivo* (FERNANDES, 2005).

De Fernandes (2009), há de se destacar os *tipos de territórios* definidos pelo autor: a) *Material, com fixos e fluxos*, no qual se dão os seguintes territórios: 1º. *Território: espaços de governança* (país, estados e municípios); 2º. *território: propriedades particulares ou comunitárias, capitalistas ou não capitalistas*; 3º. *território: espaço relacional* – conflitual, envolvendo o 1º. e o 2º. territórios por meio das relações de *totalidade*. b) *Imaterial*, o qual condiciona o *território material*, a partir do *domínio do conhecimento, do mundo das ideias* (conceitos, categorias, métodos, teorias, ideologias etc.), onde os sujeitos têm distintas e antagônicas intencionalidades.

Desse modo, Fernandes constrói, ao longo do tempo e interagindo com distintos pesquisados brasileiros e estrangeiros, uma concepção estreitamente vinculada aos movimentos sociais, contribuindo para sua compreensão e representação e, ao mesmo tempo, subsidiando processos de atuação política, como ocorre em algumas escolas do campo e em iniciativas políticas dos camponeses, juntamente com argumentações de outros pesquisadores da Geografia Agrária brasileira, como Ariovaldo U. de Oliveira.

Considerações finais

Para terminar, podemos afirmar que o território, quando analisado pelos textos referentes à cidade,

- 1) Parte das relações de poder sem negligenciar o espaço de configuração considerando uma referência como substrato.
- 2) Tem caráter instrumental, mesmo que ele tenha sua importância compartilhada com os conceitos de espaço e lugar.
- 3) Os autores que, no Brasil, mais trabalham com o território na cidade, partem de autores brasileiros e estrangeiros repetindo, entre si, esses autores (Claude Raffestin, Robert Sack, Marcelo Lopes de Souza, Rogério Haesbaert) e cruzando-se entre si (Costa, Turra Neto, Ornat).
- 4) O território é visto, na cidade, muito mais pela ótica da *microterritorialidade* do que pelo território em escala na dimensão da cidade, seja ela pequena, média ou grande [metrópole].
- 5) O território, muitas vezes, não aparece como construção conceitual específica, mas em contraponto com os conceitos de lugar ou espaço.
- 6) Não há preocupação, de forma geral [esta não é uma afirmação que visa a totalidade dos autores], conceituar o território, mas deixar que ele seja utilizado a partir da conceitualização expressa pelos autores que são referência.
- 7) O território se complementa, na maioria dos estudos visitados, com o conceito de territorialidade que qualifica o papel dos agentes que atuam na conformação dos territórios e das *microterritorialidades*.

Mesmo com essas linhas condutoras para explicar como o território [sem esquecer as armadilhas que ele pode conter] aparece nos estudos urbanos, não pretendemos abranger a totalidade daqueles que estudam essa temática, mas demos ênfase naqueles autores que insistem na utilização desse conceito como referência fundamental em seus estudos. Quando tomamos todas as afirmações acima, vemos que o território não tem conceito formatado com a mesma clareza pelos diferentes autores mas tem adjetivações que procuram avançar no seu contorno valorizando diferentes escalas – como as *microterritorialidades* – mostrando como ele pode ser consequência e condição para entender a cidade. Isso permite afirmar que os autores que trabalham na perspectiva urbana não se contentam com a repetição herdada dos primeiros autores estrangeiros (principalmente Claude Raffestin e Robert Sack) e brasileiros (principalmente Marcelo Lopes de Souza, Rogério Haesbaert e Marcos Saquet) que esboçaram a conceitualização de território, mas a partir de suas bases empíricas, partem para a consubstanciação e no avanço da construção do conceito. Outro aspecto a salientar, é que os autores analisados, mesmo que tenham como recorte territorial a cidade, enriquecem o conceito de território a partir de fortes evidências empíricas, procurando superar o conceito, indo além de sua instrumentalização. Este é um aspecto que deve ser valorizado na pesquisa científica.

Finalmente, se há, em todos os autores analisados, referências a autores estrangeiros que se repetem em seus textos, há também entrecruzamentos de citações entre eles, mostrando enriquecimento de ideias no diálogo que eles realizam.

No caso do território utilizado nos estudos rurais, podemos afirmar que:

- 1) Há significativa influência da Geografia Regional francesa, especialmente no que se refere à caracterização das áreas, com certa predominância, no Brasil, até o final dos anos 1980.
- 2) Introduzem-se, a partir do início da década de 1990, de maneira destacada, as relações de poder (configuradas em distintos níveis escalares) e as redes de circulação e comunicação (em diferentes extensões e com conteúdos predominantemente políticos e econômicos).
- 3) Também ocorre, juntamente com a evidência das redes e do poder, o domínio das descrições, análises e interpretações históricas revelando-se, metodologicamente, a centralidade dada à relação espaço-tempo.
- 4) As descrições, análises e interpretações têm, comumente, recortes espaciais muito bem definidos, desde grandes áreas como a Amazônia e o Nordeste brasileiro, passando por Unidades Federativas, até assentamentos e acampamentos rurais.
- 5) Os autores brasileiros que selecionamos partem, sobretudo, de autores estrangeiros como Claude Raffestin, Henri Lefebvre, Robert Sack, Francesco Indovina, Andrea Calabi e Massimo Quaini, por exemplo, considerando, ao mesmo tempo, contribuições de pesquisadores brasileiros como Ariovaldo de Oliveira, Carlos W. P. Gonçalves e Milton Santos, e próprias de cada autor, produzidas em contextos históricos específicos.
- 6) Compreende-se, normalmente, a problemática da apropriação e construção territorial, no campo brasileiro, dentro do movimento mais amplo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, explicitando-se conflitos e disputas entre camponeses e capitalistas, bem como mecanismos da subordinação e dominação econômica e política existentes nesse movimento.
- 7) O território, portanto, apesar de algumas diferenças entre as concepções de cada autor, especialmente a partir dos anos 1980, é compreendido de maneira histórico-crítica e reticular, com importantes contribuições de cada pesquisador, a partir das suas históricas e sistemáticas pesquisas empíricas realizadas.

Isto nos revela, de maneira geral, embora tenhamos selecionados apenas quatro autores, que há uma rica e importante trajetória dos estudos rurais brasileiros a partir do conceito de território, sem se desconsiderar o tempo e o espaço geográfico. A construção do pensamento e do conhecimento tem sido feita interagindo-se com autores estrangeiros, com destaque para Henri Lefebvre e Claude Raffestin, com autores brasileiros, como Milton Santos e, ao mesmo tempo, a partir de intensas e sistemáticas pesquisas empíricas que nos mostram, também, importantes contribuições dos autores brasileiros selecionados no debate camponês *versus* agronegócio, sobre os *movimentos socioterritoriais*, o processo de *territorialização do capital* e *monopolização do território*, bem como no entendimento do território como

símbolo de vida e capital natural, portanto, como patrimônio de todos que precisa passar por uma gestão democrática e sustentável.

De maneira geral, há uma tendência em tratar o território como atributo dos movimentos e das classes sociais, normalmente em escala geográfica ampla, de caráter regional ou mesmo nacional, no entanto, também, evidenciando-se *microterritorialidades*. O conceito é entendido, na Geografia, como elemento da Geografia Política e Econômica e associado, mesmo que indiretamente, com as diferentes instâncias políticas de gestão, sem aparecer, muitas vezes, como construção conceitual específica.

Referências

- ANDRADE, Manuel C. de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANDRADE, Manuel C. de. *Caminhos e descaminhos da Geografia*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1989.
- ANDRADE, Manuel C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.p. 213-220.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, região e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense,
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006 (1987).
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O povo e o poder*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Poder político e produção do espaço*. Recife: Massangana, 1984.
- BECKER, Bertha. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M.; BECKER, B. (Org.). *Territórios ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-40.
- BECKER, Bertha. A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná; COSTA GOMES, Paulo; CORREA, Roberto. (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.
- BECKER, Bertha. Dinâmica Urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C; LEMOS, M.B. (Org.). *Economia e Território*. Minas Gerais: UFMG, 2005. p. 401-428.
- BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. et al (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/Depto. de Geociências, PPG, 1983. p.1-21.
- COSTA, Benhur P. da, BERNARDES, Antonio. *Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface..* Revista Cidades, v. 10, n. 17, p. 31-60.
- COSTA, Benhur P. da, MACIEL, Jaqueline L. *O território como conceito-chave na educação ambiental – reflexões a partir do projeto comunitário “Jardim Botânico e a*

comunidade: preservando a flora nativa". Boletim Gaúcho de Geografia, 31, out2016, p. 126-145.

COSTA, Benhur P. da. *Diversidade cultural e territorializações intra-urbanas tomando como exemplo o centro de Porto Alegre/RS*. Boletim Gaúcho de Geografia, 26: 173-188, jul., 2000.

FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais, *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, 2005, p. 14-34.

FERNANDES, Bernardo. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007. p.139-168.

FERNANDES, Bernardo. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. e FABRINI, J. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.273-301.

FERNANDES, Bernardo. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.197-215.

FERNANDES, Bernardo. Vinte anos de MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). *O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.273-291.

GOLDENSTEIN, Léa e SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização, *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 1, USP, 1982, p. 21-47.

GONÇALVES, Carlos W. P. *Geo-grafias: movimentos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidade*. México: Siglo Veintiuno, 2001.

HAESBAERT, Rogério. *As armadilhas do território*. In: SILVA, José B. da; SILVA, Cícero N. M. da; DANTAS, Eustógio W. C. (org.). *Território, modo de pensar e usar*. Fortaleza: Edições UFC, 2016, p. 19-41.

INDOVINA, Francesco e CALABI, Donatella. Sull'uso capitalistico del territorio. In: LUSSO, G. (Org.). *Economia e territorio*. Milano: Angeli, 1974. p. 205-222.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

MAIA, Doralice Sátyro. O pensamento de Manoel Correia de Andrade e a sua obra A terra e o homem no Nordeste, *Scripta Nova*, Barcelona, Vol. XIII, núm. 288, 15 de abril de 2009.

COSTA, Benhur Pinós da ; MACIEL, Jaqueline Lessa ; AMARO, Alexandre Rafael ; TEIXEIRA, Eriberto João ; BISOL, Juliana . O Território Como Conceito-Chave na Educação Ambiental - Reflexões a Partir do Projeto Comunitário: Jardim Botânico e a Comunidade: Preservando a Flora Nativa. Boletim Gaúcho de Geografia , Porto Alegre - RS, v. 31, p. 129-148, 2006. COSTA, Benhur Pinós da ; MACIEL, Jaqueline Lessa ; AMARO, Alexandre Rafael ; TEIXEIRA, Eriberto João ; BISOL, Juliana . O Território Como Conceito-Chave na Educação Ambiental - Reflexões a Partir do Projeto Comunitário: Jardim Botânico e a Comunidade: Preservando a Flora Nativa. Boletim Gaúcho de Geografia , Porto Alegre - RS, v. 31, p. 129-148, 2006.

- MATOS, Rogério B. de, RIBEIRO, Miguel Ângelo C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia: Departamento de Geografia/UFG, v. 15, n. 1, jan-dez 1995, p. 57-79.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária Brasileira, *Scripta Nova*, Barcelona, Vol. XIII, núm. 288, 15 de abril de 2009.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-110.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). *O campo no século XXI - território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-70.
- ORNAT, Márcio J. *Entre territórios e redes geográficas: considerações sobre a prostituição travesti no Brasil meridional*. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.3, n.1, p.89-101, jan./jul. 2009.
- ORNAT, Márcio J.; SILVA, Joseli M. *Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil*. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.
- QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAQUET, Marcos e CICHOSKI, Pâmela. BERTHA BECKER: uma contribuição à análise da sua concepção de geografia, espaço e território, *Campo - Território*, Uberlândia, v. 8, n. 15, p.1 - 26, 2013.
- SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território, *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p.1 - 19, 2010.
- SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- SOUZA, Marcelo Lopes. TEIXEIRA, Eduardo T. *Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e "lugares" do movimento dos sem-teto*. Revista Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, 2009, p. 29-66.
- TURRA Neto, Nécio. *Espaço e lugar no debate sobre território*. Geograficidade, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2015, p. 52-59.
- TURRA Neto, Nécio. *Punk e hip-hop na cidade: territórios e redes de sociabilidade*. Revista Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, 2009, p. 121-154.

Recebido em: outubro/2016.

Aceito para publicação em: dezembro/2016.